



Nuno Crato anunciou ontem que as provas vão passar a contar para a nota dos alunos do 9.º ano mas ainda não definiu qual o seu peso máximo. Aliás, quer que sejam as escolas a decidir quanto estas vão valer na avaliação final dos seus estudantes

Escolas rejeitam decidir quanto vale prova de Inglês no 9.º ano

Cambridge. Nuno Crato anunciou que as provas da universidade britânica, aplicadas desde o ano passado, vão contar para a nota em 2015. Mas quer que sejam diretores a decidir quanto

PEDRO SOUSA TAVARES

O ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, anunciou ontem que os testes de Inglês de Cambridge – aplicados desde o ano passado aos alunos do 9.º ano – vão passar a contar para a nota final dos alunos a esta disciplina já a partir do próximo ano letivo. Mas o que promete causar mais polémica é a decisão de não definir à partida o peso que os testes terão nessa conta, sendo este “determinado por cada escola, no âmbito da sua autonomia”. Um presente que os diretores não parecem nada interessados em receber das mãos do ministro.

“As escolas têm autonomia para definir o peso das provas internas, que são da sua responsabilidade. Se a prova é da responsabilidade de entidades externas, devem ser essas a definir”, disse ao DN José Eduardo Lemos, presidente do Conselho das Escolas, um órgão consultivo que representa os diretores junto do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

“É uma prova que tem causado polémica junto dos professores e até prejuízos”, reforçou, referindo-se às convocatórias de docentes para as atividades de formação em período letivo e os conflitos – nomeadamente com os sindicatos – sobre a legitimidade de convocar docentes para a aplicação e a correção dos testes.

Dito isto, José Eduardo Lemos ressaltou que até concorda, por princípio, que os testes tenham um peso na classificação dos alunos: “Quando os alunos realizam provas e exames, estes devem ter algumas consequências, não devem ficar por uma aferição. Quer consequências internas quer na avaliação externa”, defendeu.

38% em nível satisfatório
Neste ano, as provas de Cambridge foram realizadas por 85 297 alunos – a esmagadora maioria dos quais do 9.º ano, que são obrigados a realizá-los, mas também por alguns estudantes do 2.º ciclo e do secundário que se inscreveram a título particular. E se os resultados forem um indicador, as consequências da prova poderão não ser muito positivas para as médias finais dos estudantes.

Entre os alunos do 9.º ano avaliados, apenas 38% atingiram o nível de referência B1, considerado o mais ajustado ao que é expectável de um estudante português deste nível de ensino.

As provas – Preliminary English Test (PET) – eram de um nível mais avançado do que as realizadas no ano passado, as Key for Schools, de uma bitola mais baixa. Mas o desempenho global dos estudantes até melhorou. E foi isso que Hélder de Sousa, presidente do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), responsável pela aplicação dos testes e formação e recrutamento dos avaliadores, destacou ao DN: “38% atingiram o nível de referência B1. Mas no ano passado, para o mesmo objetivo, o valor não passou de 17%. Não podemos passar uma esponja sobre isso. Não vamos ignorar que a dinâmica que se criou em torno do teste, toda a formação que se deu aos professores... é imprescindível acreditar que ela não fez a diferença”, disse.

O ministério destacou ainda que, neste ano, “se verificou uma significativa redução da percentagem de alunos com nível A1 ou inferior e uma subida considerável da percentagem de alunos com nível B1 ou superior”. Mas o certo é que, mesmo com a expectativa de que as notas vão continuar a melhorar, e de que os alunos e as escolas já dão sinais de preparação para

que estas provas contem para a nota, nem o Ministério nem o IAVE definiram ainda qual o peso máximo que estas poderão ter. Em parte, defendeu Hélder de Sousa, porque os “parâmetros de classificação” são muito diferentes dos aplicados em Portugal.

“Não podemos aplicar a fórmula que se utiliza, por exemplo, no Português e na Matemática, em que a prova vale 30% e a classificação interna 70%”, admitiu. Para encontrar essa fórmula, explicou, será necessário “pensar em critérios, fazer simulações e encontrar soluções que possam ser adequadas”. Um processo que disse acreditar estar concluído “em outubro”.

Escolas serão ouvidas
Hélder de Sousa não negou que a autonomia da fixação do peso das provas pelas escolas se pode prestar a “dificuldades”. Incluindo, admitiu, do ponto de vista legal – “não excluo essa hipótese”. Ainda assim, defendeu que será possível encontrar “soluções construtivas”, envolvendo as escolas.

Um dos critérios de distribuição do peso poderá ser geográfico. Os resultados mostram resultados muito melhores no Litoral do que no Interior. E o presidente do IAVE defendeu que poderá tentar criar-se alguma “equidade” a esse nível.